



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA
DIRETÓRIO ACADÊMICO DE BIBLIOTECONOMIA
**XIV Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da
Informação e Gestão da informação**
Os novos campos da profissão da informação na contemporaneidade
16 a 22 de janeiro de 2011

INCLUSÃO DIGITAL E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: o papel do bibliotecário na facilitação do acesso ao mundo digital¹

Hugo Avelar²
Samira Lopes³
Fernanda Samla⁴

RESUMO

Discute o acesso à informação no Brasil, dando ênfase à inclusão digital. Com o intuito de facilitar a discussão, é traçado um histórico acerca da educação brasileira, demonstrando como os investimentos em educação ao longo do tempo trabalharam para proporcionar o acesso à informação. Além disso, apresenta como as tecnologias de informação e os programas de inclusão digital podem colaborar para tal acesso, bem como o papel do bibliotecário nesse processo, uma vez que como 'agente de informação', o mesmo tem por dever permitir aos usuários do serviço que ele oferece acesso pleno à informação desejada. Para tanto, é de fundamental importância a criação de programas que forneçam a esse usuário o domínio da linguagem básica para operar essas tecnologias. A partir da pesquisa realizada e com base nas leituras inerentes às áreas em questão, são apresentadas possíveis soluções para que os problemas da inclusão digital e da democratização da informação sejam solucionados.

Palavra-chave: Inclusão digital – Democratização da informação – Bibliotecário.

¹ Apresentação Oral GT 05 – Cultura e Direito a informação

² Graduando em Biblioteconomia e Gestão da Informação; Universidade Federal de Minas Gerais, hugo_avelar@yahoo.com.br

³ Graduanda em Biblioteconomia e Gestão da Informação; Universidade Federal de Minas Gerais; samiralap@hotmail.com.

⁴ Graduanda em Biblioteconomia e Gestão da Informação; Universidade Federal de Minas Gerais; fesamla@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A educação no Brasil, nunca foi prioridade máxima nos governos, nos mais diversos períodos da história do país. FREITAG em sua obra ‘Escola, Estado e Sociedade’ define bem a trajetória de investimentos em educação no país, demonstrando em quem estava incluído e quem não o estava na ‘estrada da educação no Brasil’.

No período colonial, o processo educacional, ficava a cargo dos jesuítas. Com uma economia agroexportadora, a escola não tinha como função, a reposição da força de trabalho, que nesse período era a escravidão. O objetivo principal do ambiente escolar nesse período era tão somente reproduzir as relações de dominação e ideologias da Igreja Católica, uma vez que somente pessoas de alto poder aquisitivo podiam estudar nesse período. (FREITAG, 2007)

Pouca coisa será alterada após o fim da colônia e o início do Império. A escola e a educação continuavam a ser exclusivas dos ‘mais ricos’ e serviam de instrumento para a transmissão das ideologias de dominação. Esse quadro, só começará a mudar no início da I República, onde há a criação de um maior número de escolas técnicas, faculdades, laboratórios, etc. e ampliação das vagas (ainda que poucas) para os estudantes das camadas mais populares.

Ainda segundo Freitag, somente no período de 1930-1945 é que as coisas começaram a mudar no campo educacional. O Brasil, nesse período vivia um período de pós-crise de 1929, com uma dívida externa alta e a conseqüente baixa do preço do café. Nesse período, tem-se o fim da chamada República Velha e a eleição de Getúlio Vargas para presidente. E é justamente Vargas que dará os primeiros passos para a inclusão cada vez maior do maior número de estudantes na ‘vida educacional’.

Apesar de ter um governo atribulado em seus primeiros anos (com revoltas por todo o país), após instauração do Estado Novo, em 1937 (período ditatorial do governo Getúlio), o presidente realiza importantes reformas trabalhistas e educacionais. No campo trabalhista pode-se destacar a instauração do salário mínimo e leis ligadas ao direito de greve e de filiação sindical. No campo educacional, as instituições de ensino passam a ser mais controladas pelo Estado. A Constituição de 1937 institui o ensino profissionalizante, destinada aos menos favorecidos, bem como obriga as indústrias e sindicatos a criarem escolas de aprendizagem, destinadas aos filhos dos empregados, para reposição da mão-de-obra. (FREITAG, 2007)

O que se pode observar no período Getulista, é um maior controle do Estado no sistema educacional, bem como uma menor influência da Igreja e um aumento do número de estabelecimentos oficiais de ensino (FREITAG, 2007).

O período pós-Getúlio até o golpe de 1964 é marcado pelo grande investimento de capital estrangeiro no país e uma indústria voltada para a produção de bens de consumo e um aumento da concentração de renda na mão da burguesia. Nesse período, passo importante é dado no campo educacional, com a aprovação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), projeto de 1948, que só fora aprovado em 1961. A LDB significou, dentre outros pontos, a extensão da rede escolar gratuita e a equivalência dos cursos de ensino médio, entre os cursos científicos e profissionalizantes. (FREITAG, 2007)

Durante a Ditadura Militar, ocorreu no Brasil uma expansão do ensino universitário. A criação de novas instituições de ensino, bem como de novos cursos, possibilitou a que um maior número de estudantes entrasse na universidade. Entretanto, os estudantes mais desfavorecidos economicamente, sofriam para se manter, uma vez que grande parte dos cursos era ministrada em horário integral.

Após o fim do período ditatorial, poucas foram às políticas públicas educacionais de inclusão que surtiram grandes efeitos. Somente no Governo Lula é que a educação, em especial o Ensino Superior, tentará atingir um maior número de indivíduos, com a expansão de Universidades Federais e Escolas Técnicas pelo país e programas de inclusão de minorias no ambiente universitário.

O que se pode observar nesse breve histórico da educação no Brasil é que poucos foram os investimentos em educação ao longo da história do país e poucas foram as políticas de inclusão voltadas aos mais necessitados. A educação brasileira nunca forneceu um ensino que permitisse aos mais necessitados buscar chegar a uma Universidade e ascender socialmente. O ensino em no país serviu sempre como instrumento de reposição de mão-de-obra.

A partir desses pressupostos, este artigo visa demonstrar a importância da inclusão digital no desenvolvimento do país e como o bibliotecário, profissional que trabalha com a informação pode colaborar no processo de abertura do ‘mundo digital’ para os cidadãos. Além disso, apresenta como o uso de *software livre* pode colaborar para a inclusão digital.

2 INCLUSÃO DIGITAL

Segundo o dicionário Aurélio a palavra INCLUIR, do latim *includere*, significa:

1. Compreender, abranger;
2. Conter em si; envolver, implicar;
3. Inserir, intercalar, introduzir;
4. Estar incluído ou compreendido; fazer parte; figurar, entre outro(s); pertencer, juntamente com outro(s).

O verbo ‘incluir’ em nossa educação, nunca foi conjugado plenamente e no período em que as tecnologias vêm participando ativamente das relações entre as pessoas e mais do que nunca se tornando fundamentais nos processos de busca e uso das informações e das relações de trabalho, torna-se fundamental que ‘incluir’ passe a ser frequente nas políticas públicas do país e dar suporte à grande população para que a mesma possa utilizar as novas tecnologias vem sendo de suma importância para o desenvolvimento da nação, haja vista que na sociedade contemporânea, possuir tecnologias, saber utilizá-las e possuir mão-de-obra qualificada para manusear tais ferramentas, torna-se altamente relevante no que tange a comparação entre os países e no conseqüente desenvolvimento social, cultural e financeiro de uma nação. Como bem fundamenta CASTELLS (2007, p.268): “o conhecimento e a informação parecem, sem dúvida, constituir as principais fontes de produtividade e de crescimento nas sociedades avançadas” e capacitar pessoas para que possam produzir conhecimento e saber buscar e utilizar as informações de forma correta torna-se um desafio à sociedade.

A inclusão digital, entendida aqui como a inserção das pessoas sem acesso ao mundo digital, para que seja eficiente, deve estar no plano de ações dos governos, devem levar em conta alguns pontos, tais como o reconhecimento de que a exclusão digital amplia a miséria; a constatação de que o mercado não irá absorver as pessoas ‘excluídas digitalmente’; compreender que a velocidade da inclusão é decisiva para absorção da parcela da população no mercado; entender que o direito a se comunicar e ter acesso ao mundo digital é uma questão de cidadania (SILVEIRA,2005). Além disso, deve-se considerar a criação de parcerias com ONGs, associações de moradores e demais instituições que já realizam trabalhos semelhantes e que possuem grande apelo junto à população.

Vale ressaltar que esses projetos devem também prever gastos principalmente com infraestrutura e com o treinamento adequado do pessoal que irá atuar nos projetos de inclusão, em especial em lugares mais remotos, distantes dos grandes centros. A inclusão digital não ocorrerá de forma eficiente se o velho pensamento de que apenas doando computadores para

determinada comunidade, a mesma ocorrerá. É necessário que se pense na infraestrutura necessária para o funcionamento pleno desses ‘centros de inclusão’ (que podem ser telecentros, bibliotecas públicas, escolares, municipais, ONGs, etc.), que inclui não só a infraestrutura física de onde esses projetos irão funcionar, mas também a estrutura operacional, com máquinas eficientes e conexão adequada a internet.

Além desses pontos já levantados, faz-se necessário a compreensão da inclusão digital como um ponto importante (e porque não fundamental) de inclusão social, em uma sociedade que como bem descreve CASTELLS:

organiza o seu sistema produtivo em torno de princípios de maximização da produtividade baseada em conhecimento, através do desenvolvimento e difusão de tecnologias de informação, e do preenchimento dos pré-requisitos para a sua utilização (sobretudo recursos humanos e infra-estruturas comunicacionais)” (2007, p.269)

Ao se inserir um sujeito no mundo das tecnologias, os programas de inclusão digital, promovem a possibilidade de esse indivíduo ascender socialmente e buscar novas oportunidades de vida de mudar não só individualmente o seu quadro de vida, mas também daqueles que o cerca.

3 O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO E SUAS COMPETÊNCIAS

O bibliotecário tem por função disponibilizar de forma democrática todo o tipo de informação, circulando a informação organizada e armazena à comunidade. Ele atua como o intermediário da informação e mediador do conhecimento, por disponibilizar à comunidade o ensino e a utilização de variados recursos e ferramentas informacionais, possibilitando a busca e a recuperação de documentos.

O profissional da informação exerce o trabalho de competência da informação em seus usuários, para Belluzzo:

A competência informacional é compreendida por duas dimensões, sendo a primeira de domínio de saberes e habilidades de diversas naturezas que permite a intervenção prática da realidade, e a segunda, uma visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades mais concretas que emergem e caracterizam o atual contexto social. (BELLUZZO, 2006, p. 82)

Portanto, o bibliotecário atua produzindo habilidades de competência informacional na sociedade, ao modo que o seu conceito está diretamente relacionado às

atitudes que facilitam criar e compartilhar o conhecimento, ou seja, com o aprendizado ao longo da vida, segundo Melo e Araújo (2007, p. 199).

Podemos dizer que o bibliotecário possui entre suas várias funções um papel social também, ao modo que insere na sociedade do conhecimento a informação desejada para a busca e recuperação e capacita os seus usuários para tal, informações estas que ganharam novas formas devido às novas tecnologias geradas.

Nossa missão como bibliotecários, é facilitar aos indivíduos o acesso à informação e possibilitar, desta forma, o desejo de aprender, de discutir, enfim, a formação do conhecimento ou o conhecimento em formação. Desta forma, nossa missão como agentes de transformação social é plenamente realizada. (CUNHA, 2003, p. 45)

As suas atribuições e funções estão regidas pelo Código de Ética Profissional e apesar da sua função social não está claramente delimitada em sua resolução nos artigos 7º e 8º, nota-se que no culminar de suas funções o papel social não está dissociado de suas demais funções. A saber:

Art.7º - O Bibliotecário deve, em relação aos usuários e clientes, observar as seguintes condutas:

- a) aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional, salvo por relevante motivo;
- b) tratar os usuários e clientes com respeito e urbanidade;
- c) orientar a técnica da pesquisa e a normalização do trabalho intelectual de acordo com suas competências.

Art.8º - O Bibliotecário deve interessar-se pelo bem público e, com tal finalidade, contribuir com seus conhecimentos, capacidade e experiência para melhor servir a coletividade. (PORTAL BIBLIOTECÁRIO)

Deste modo, o profissional bibliotecário tem uma grande responsabilidade em suas mãos, pois ele contribui para o avanço das tecnologias e na descoberta de novas, visto que está entre suas funções a disponibilização democrática do conhecimento, bem como sua seleção e organização.

O bibliotecário, como profissional que lida com as mais variadas tecnologias de informação e (pressupõe-se) as domina, deve participar ativamente desse processo de inclusão digital. Deve buscar capacitar seus usuários não só a utilizar as tecnologias no serviço de busca específico do local onde atua, mas capacitá-los para buscar a informação desejada em qualquer local e possibilitar o manuseio correto das tecnologias de informação, colaborando assim para o desenvolvimento da sociedade.

4 SOFTWARE LIVRE

Um dos focos da inclusão digital é a ampliação da cidadania através das redes informacionais, da profissionalização e da capacitação dos usuários.

Se faz necessário além de unidades informatizadas e conectadas a rede, opções tecnológicas que possam servir de solução inovadora no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social. O *software livre* é a principal alternativa dos países pobres para a inclusão digital, uma vez que reduz o investimento que pode ser redirecionado para a infraestrutura por exemplo. Além disso, a utilização dessa ferramenta desenvolve o conhecimento e a inteligência uma vez que instiga o conhecimento do indivíduo com base na necessidade de “pensar” e não somente de “apertar”, e ainda amplia a concorrência, e se caracteriza como uma fonte geradora de empregos.

Bretas (2000, p. 120) ressalta que “as redes telemáticas, além do potencial para transformarem-se efetivamente em cenário para a construção da inteligência coletiva, podem favorecer a ampliação e o aprofundamento das relações sociais”.

Criado em 1991, o sistema operacional *Linux* (principal exemplo de *software livre*) foi desenvolvido pelo estudante finlandês Linus Torvalds e apresenta um sistema de código aberto “*open source*” distribuído gratuitamente pela internet. Sua utilização não é paga, assim como a sua distribuição não se caracteriza crime, mas pelo contrário a distribuição de cópias é incentivada através da mobilização entre os usuários.

O sistema Linux necessita apenas de um computador 386 SX com 2 MB de memória e 40 MB disponível em seu disco rígido para sua instalação de maneira básica e funcional. Ao usuário é possível entender como o sistema funciona, além de realizar possíveis correções e ainda possibilita a este realizar alguma sugestão de melhoria, essas liberdades se fazem possível graças ao código de fonte aberto.

O seu suporte é mais eficiente e rápido do que qualquer programa comercial disponível atualmente no mercado. Existem centenas de consultores espalhados ao redor do mundo prontos para ajudar ou avisar aos responsáveis sobre dificuldades e falhas encontradas para que seja providenciada a devida correção. Estes usuários estão conectados através de listas de discussões.

Um software para ser considerado livre necessita atender aos quatro tipos de liberdade definidas pela *Free Software Foundation*. A liberdade nº 0 diz respeito a liberdade

para executar o programa, para qualquer propósito; a liberdade nº 1 diz respeito a liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo conforme as necessidades. Possuir acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade; a liberdade nº 2 menciona a liberdade de redistribuir cópias de modo que possa existir ajuda mútua; e por fim a liberdade nº 3 diz a respeito sobre a liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie.

Conforme informações do site da Casa Brasil (www.casabrasil.gov.br) a liberdade de executar o programa significa a liberdade para qualquer tipo de pessoa física ou jurídica utilizar o software em qualquer tipo de sistema computacional, para qualquer tipo de trabalho ou atividade, sem que seja necessário atender a alguma restrição imposta pelo fornecedor. Já a liberdade de redistribuir deve incluir a possibilidade de se repassar os códigos-fonte bem como, quando possível, os arquivos binários gerados da compilação desses códigos, seja em sua versão original ou modificada.

Para que seja possível estudar ou modificar o software (para uso particular ou para distribuir) é necessário ter acesso ao código-fonte. Por isso a disponibilidade desses arquivos é pré-requisito para a liberdade do software. Cada licença determina como será feito o fornecimento da fonte para distribuições típicas, como é o caso de distribuições em mídia portátil somente com os códigos binários já finalizados (sem o fonte). No caso da licença GPL, a fonte deve ser disponibilizada em local de onde possa ser acessado, ou deve ser entregue ao usuário, se solicitado, sem custos adicionais (exceto transporte e mídia).

É de salientar para que as liberdades sejam reais, elas devem ser irrevogáveis. Caso o desenvolvedor do software tenha o poder de revogar a licença, o software não é livre. Os custos envolvidos não são referenciados em tais liberdades. É possível que um software livre não seja gratuito. Quando gratuito, empresas podem explorá-lo comercialmente através do serviço envolvido (principalmente suporte). Podemos citar um software livre de automação de bibliotecas disponível na internet, GNUteca.

Conforme informações do site do GNUteca (www.gnuteca.org.br) o sistema foi criado de acordo com critérios definidos e validados por um grupo de bibliotecários e desenvolvido tendo como base de testes uma biblioteca real, a do Centro Universitário Univates, onde está em operação desde Fevereiro de 2002.

O Gnuteca trata – se portanto de um software livre, o que significa que o mesmo pode ser copiado, distribuído e modificado livremente. O sistema pode ser utilizado tanto na gestão de pequenos acervos particulares, como para acervos de mais de 100 mil exemplares. Por ser um software livre, e utilizar como base apenas outros softwares livres, não há limite

prático no número de estações de atendimento, ilhas para consulta ou acesso através da Internet.

O Governo Brasileiro possui um projeto denominado Casa Brasil cuja atuação se dá em áreas de baixo índice de desenvolvimento humano e promove ações em tecnologias livres aliadas a arte, cultura, entretenimento, articulação comunitária e participação popular. Suas unidades são públicas e comunitárias, de uso gratuito e de acesso irrestrito, uma vez que o projeto estimula a apropriação da unidade pela comunidade, transformando-a em espelho cultural do local em que foi implementada, fomentando a gestão participativa e ampliação da cidadania, e fortalecendo a ação da sociedade civil. A Casa Brasil possui telecentro, sala de leitura, auditório, laboratório de informática e divulgação da ciência, estúdio multimídia e oficina de rádio.

A eficácia das iniciativas ainda não é visível por sua dispersão, pela ausência de indicadores consolidados e pela inexistência de uma coordenação pública geral e unificada dos programas de inclusão (SILVEIRA, CASSINO, 2003).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Brasil tem muitas falhas no tocante ao acesso a informação por parte dos mais necessitados. Poucos foram os investimentos em educação no nosso país e poucas políticas foram destinadas a incluir os mais necessitados e possibilitar que essas pessoas pudessem desfrutar de uma ascensão social efetiva.

A inclusão digital deve ser compreendida como uma das formas mais importantes de inclusão social por parte dos governos nas sociedades contemporâneas. Ela é um dos mecanismos mais importantes que possibilita, especialmente aos mais pobres, ascensão social e melhores oportunidades de emprego, cultura e ascensão social.

Nos últimos anos no Brasil, importantes passos têm sido dados no tocante a Inclusão digital e social das camadas mais pobres da sociedade. Entretanto, esses esforços, ainda que importantes, são poucos, tamanho ainda é a exclusão digital em nosso país. Torna-se assim de extrema importância que os investimentos em projetos de inclusão digital se tornem cada vez mais frequentes, o que colaborará para o desenvolvimento do país nos mais diversos setores.

O bibliotecário, como profissional que lida com a informação e com as novas tecnologias deve participar ativamente desse processo de inclusão, processo esse que deve

estar no cerne de sua profissão e auxiliar a população que necessitar de seu auxílio a buscar a informação de forma correta e utilizar as novas tecnologias.

O *software livre* se apresenta, em especial nos países em desenvolvimento, uma importante alternativa para a inclusão digital, haja vista que minimiza os gastos com infraestrutura, uma vez que o uso de *softwares* pagos minimizam os recursos que podem ser investidos em outras áreas, como na capacitação correta dos profissionais que atuarão nesses projetos de inclusão.

INCLUSION OF INFORMATION AND DEMOCRATIZATION: the librarian's role in facilitating access to the digital world

ABSTRACT

Discusses access to information in Brazil, with emphasis on digital inclusion. In order to facilitate the discussion, is plotted on a history of Brazilian education, demonstrating how investment in education over time worked to provide access to information. Besides, it shows how information technologies and digital inclusion programs can contribute to such access, as well as the librarian's role in this process, since as 'information agent', it has a duty to allow users of the service it offers full access to desired information. Therefore, it is fundamental to creating programs that provide the user that the field of basic language to operate these technologies. From the survey and based on the values inherent in the concerned areas are presented possible solutions to the problems of digital inclusion and the democratization of information are resolved.

Keywords: Digital inclusion – Access to information – Librarian.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Carlos A.. Internet no Brasil - alguns dos desafios a enfrentar. . **IP-Informatica Publica**. Belo Horizonte, 4, 2, p.169-184, jul./dez. 2002.

BELLUZZO, R. C. B. O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 78-89, dez. 2006.

CASA BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Disponível em: <<http://www.casabrasil.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2010.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. p. 265-274.

CUNHA, Miriam Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 15, 2003.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 249-260.

FREIRE, Isa Maria. O desafio da inclusão digital. **Trasinformação**. Campinas, v.16, n.2, p. 189-194, maio/ago. 2004.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 7. ed. rev. São Paulo: Centauro, 2007. 238 p.

GNUTECA. Disponível em: <<http://www.gnuteca.org.br/>> Acesso em: 10 out. 2010.

MELO, Ana Virginia Chaves de; ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.12 n.2, mai/ago, 2007.

NOVO Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (org.). **Software livre e inclusão digital**. São Paulo:Conrad Editora do Brasil, 2003.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **Software livre A luta pela liberdade do conhecimento**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Inclusão Digital, software livre e globalização contra-hegemônica. **Revista Parceria Estratégica**. Brasília, n. 20, p. 459-484, jun. 2005. Disponível em:

<http://www.fortium.com.br/faculdedefortium.com.br/arquimedes_belo/material/inclusao_digital.pdf> Acesso em 10 out. 2010.